

**RESOLUÇÃO Nº 007, DE 28 DE ABRIL DE 2009**

***Dispõe sobre o procedimento a ser adotado quando da instauração de processo administrativo nas matérias relativas à regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados no Estado de Pernambuco.***

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE PERNAMBUCO - ARPE**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como a necessidade de adequação, revisão e atualização do procedimento a ser adotado quando da instauração de processo administrativo nas matérias relativas à regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados no Estado de Pernambuco,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar procedimentos para regular a imposição de penalidades aos entes delegados de serviços públicos no Estado de Pernambuco, quando da instauração de processo administrativo nas matérias relativas à regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados no Estado de Pernambuco, sendo a legislação federal e estadual pertinente de aplicação subsidiária à presente.

**Art. 2º.** A ação fiscalizadora efetuada pelos técnicos reguladores da respectiva Coordenadoria da ARPE será consubstanciada em relatório de fiscalização, do qual se emitirá Termo de Notificação - TN em 02 (duas) vias contendo: identificação do órgão fiscalizador e respectivo endereço; nome, endereço e qualificação da notificada; descrição dos fatos levantados; indicação de não conformidade(s) e/ou determinação de ações a serem empreendidas pela notificada, se for o caso; identificação do representante do órgão fiscalizador, com seu cargo, número da matrícula e assinatura; local e data da lavratura.

Parágrafo único. Uma via do Termo de Notificação - TN será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento - AR, ao representante legal da notificada ou ao seu procurador habilitado, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada do respectivo relatório de fiscalização.

**Art. 3º.** A notificada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, para manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes.

§ 1º. Decorrido este prazo, uma cópia do Termo de Notificação - TN, acompanhada do relatório de fiscalização e de eventual manifestação da notificada, será encaminhada para análise do Coordenador da área competente da ARPE.

§ 2º. Quando da análise da manifestação da notificada, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 3º. O Coordenador da área competente da ARPE poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

**Art. 4º.** A decisão acerca da instauração do processo administrativo, referente aos fatos que possam resultar na imposição das penalidades será proferida pelo Coordenador da área competente da ARPE e comunicada à notificada no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do recebimento da respectiva manifestação da notificada ou da fruição do prazo sem manifestação.

§ 1º. O Termo de Notificação - TN será arquivado quando não comprovada a não conformidade, quando consideradas procedentes as alegações da notificada ou quando atendidas as determinações e regularizadas as não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARPE, submetendo esta decisão ao reexame necessário da Diretoria da ARPE.

§ 2º. Será instituído o processo administrativo mediante lavratura do Auto de Infração - AI, nos seguintes casos:

I - comprovação da não conformidade;

II - ausência de manifestação tempestiva da interessada;

III - insuficiência das alegações apresentadas; e,

IV - não atendimento das determinações e/ou não regularização das não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARPE.

**Art. 5º.** O Auto de Infração - AI, emitido pelo Coordenador da área competente da ARPE, será lavrado em 02 (duas) vias e instruído com o Termo de Notificação - TN e a respectiva manifestação da notificada, se houver, bem como com a exposição de motivos da autuação e outros documentos a esta relacionados, que não implique duplicidade da documentação constante do processo de fiscalização correspondente.

§ 1º. O Auto de Infração - AI, quando eivado de vício ou incorreção, poderá ser retificado de ofício pelo Coordenador da área competente da ARPE e, neste caso, abrir-se-á novo prazo à autuada para apresentação de recurso.

§ 2º. O Auto de Infração - AI conterá:

I - o local e a data da lavratura;

II - o nome, o endereço e a qualificação da autuada;

III - a descrição do(s) fato(s) ou do(s) ato(s) constitutivo(s) da(s) infração(ões);

IV - a indicação dos dispositivos legais, regulamentares, ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;

V - a indicação do prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, se for o caso, ou apresentação de recurso;

VI - as instruções para o recolhimento da multa; e,

VII - a identificação do Coordenador autuante, a quem poderá ser interposto o recurso, sua assinatura e o número de sua matrícula.

§ 3º. Uma via do Auto de Infração - AI será remetida, ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal da autuada, ou ao seu procurador habilitado, mediante registro postal com Aviso de Recebimento - AR ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

**Art. 6º.** O prazo para interposição de recurso será de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento do Auto de Infração - AI.

Parágrafo único. O recurso terá efeito suspensivo na parte em que impugnar o Auto de Infração - AI.

**Art. 7º.** O recurso será dirigido ao Coordenador da área competente da ARPE, que proferiu a decisão, o qual, se não a reconsiderar, no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará à Diretoria da ARPE, que poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

§ 1º. A decisão do Coordenador da área competente da ARPE, referente ao juízo de reconsideração, será publicada, sob a forma de despacho, no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. O recurso deverá ser decidido pela Diretoria Colegiada da ARPE, em sessão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento dos autos pelo relator, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa expressa.

§ 3º. Será designado como relator, mediante sorteio, um dos Diretores da ARPE, para elaboração de relatório e voto.

§ 4º. Se da decisão da Diretoria da ARPE ocorrer agravamento da decisão anterior a recorrente deverá ser cientificada para que formule suas alegações no prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação da autuada.

§ 5º. A autuada deverá ser cientificada da decisão da Diretoria da ARPE, através de seu representante legal ou de seu procurador habilitado, mediante registro postal com Aviso de Recebimento - AR ou outro documento que comprove o respectivo recebimento, independente da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado sob a forma de extrato.

**Art. 8º.** Nos processos administrativos instaurados em matérias relativas à regulação e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica, objeto de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, poderá ser interposto, ainda, novo recurso dirigido à Diretoria da ARPE, a qual proferiu a decisão e que, se não a reconsiderar, no prazo de 05

(cinco) dias, o encaminhará à Diretoria da ANEEL, que, em última instância, poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

§ 1º O prazo para interposição de recurso da decisão da Diretoria da ARPE será de 10 (dez) dias, contado da data da cientificação oficial da decisão.

§ 2º. A decisão da Diretoria da ARPE, referente ao juízo de reconsideração, será publicada, sob a forma de despacho, no Diário Oficial do Estado.

§ 3º. Será mantida cópia integral dos autos na ARPE quando o processo for remetido para a ANEEL.

**Art. 9º.** Em qualquer momento do processo administrativo, incluindo a fase recursal, poderá ser instada a Coordenadoria Jurídica da ARPE para emitir parecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 11.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 28 de abril de 2009.

**RANILSON BRANDÃO RAMOS**  
Diretor Presidente

**FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA**  
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

**EVANDRO JOSÉ DE VASCONCELOS LIMONGI**  
Diretor de Regulação Técnico-Operacional em exercício

**IVAN RODRIGUES DA SILVA**  
Diretor Administrativo-Financeiro